

AMAZÔNIA

Uma área de reserva, para ser usada após um planejamento cuidadoso.

Enés Salati, diretor do Cena (Centro de Energia Nuclear na Agricultura da USP), em Piracicaba, e ex-diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), de Manaus: "A ocupação da Amazônia tem sido justificada pela necessidade de um aumento de produção agrícola, em vista do aumento da população. Para aumentar a produção agrícola existem dois caminhos: ou aumenta a fronteira agrícola, como é o caso específico do Brasil, porque aqui ainda existe fronteira agrícola, ou aumenta a produtividade, ou seja, a quantidade por unidade de área. No nosso caso, existem as duas possibilidades. O Brasil pode fazer as duas coisas. Por exemplo, a produtividade de feijão é da ordem de 600 a 700 quilos por hectare, enquanto que a produtividade nas fazendas experimentais chega até a 3,5 toneladas por hectare. O que quer dizer que, no caso específico do feijão, somente com a melhoria da tecnologia agrícola se pode aumentar a produção por um fator de seis. No caso de outras culturas, a situação é mais ou menos semelhante, só que o fator é menor. Mas sempre existe uma possibilidade de aumentar a produção. Acho que o primeiro esforço a ser feito, a primeira linha de ação, seria a tentativa de se melhorar a produtividade dos nossos produtos agrícolas nas áreas já tradicionalmente cultivadas, onde se encontra, inclusive, a população. Ai inclui-se também a área de cerrado, que tem um grande potencial. Eu deixaria a Amazônia como uma área de reserva a ser utilizada após um planejamento agrícola cuidadoso, especificando as áreas para exploração florestal, as áreas para exploração agrícola, áreas para pastagens, e as áreas que não deveriam ser tocadas".

Até agora, um verdadeiro quarto de despejo do Brasil.

Warwick Estevam Kerr, professor de Genética do Departamento de Biologia da Universidade Federal do Maranhão: "Devemos ocupar a Amazônia, mas não com a pecuária, nem com a metodologia que está sendo utilizada hoje. A Amazônia tem sido um verdadeiro quarto de despejos do Brasil: se há problemas no Sul, manda-se gente para a Amazônia; se há problemas no Nordeste, manda-se gente para a Amazônia. A própria idéia da Transamazônica era deslocar pessoal pobre e ignorante, sem terras, do Nordeste para a Amazônia. Muitos governadores, quando falta dinheiro para mover a máquina do Estado, vendem terras do Estado a fazendeiros e banqueiros do Sul. Esse pessoal, do Sul e do Centro-Sul, não tem amor à Amazônia e então derruba muito mais matas do que o necessário, não faz controle de erosão e a única tecnologia que sabe aplicar é a de pecuária extensiva — que é absurdo ser aplicada na Amazônia se queremos povoá-la. A pecuária sabidamente é uma atividade que utiliza pouca mão-de-obra. As pessoas chegam também com costumes diferentes, sem saber utilizar as vantagens que a floresta amazônica proporciona, como, por exemplo, extração de óleo de certas plantas, utilização de frutas, e todas as vantagens que a tecnologia está mostrando que tem valor para a farmacologia e utilização de madeiras. A entrada de gente na Amazônia deveria ser feita com o que há de melhor no Brasil em termos de capacidade tecnológica e científica, de maneira a utilizar a região da melhor forma possível, com menor desgaste ecológico."

A destruição da grande floresta, uma das demências da humanidade.

José Lutzenberger, engenheiro agrônomo e fundador da Agapan — Associação Gaúcha de Proteção à Natureza: "O que se faz na Amazônia é uma das grandes demências da Humanidade. A demolição sistemática, acelerada e irreversível da grande floresta tropical úmida, da hileia, não é menos suicida que a corrida armamentista. As consequências climáticas imprevisíveis, mas certamente terríveis — basta que não mais tenhamos colheitas seguras —, poderão ser tão arrasadoras como a guerra nuclear. Triste é ver como a grande demolição só beneficia certas máfias, nacionais e transnacionais. Os donos da Amazônia, seus habitantes, são as primeiras vítimas. O índio sucumbe ao genocídio. Nem sua sabedoria milenar fica registrada. O caboclo e o seringueiro são marginalizados. Só os ricos que já estão ricos demais. Também os projetos de colonização do Inera, oficialmente definidos como "reforma agrária", na realidade são válvula de escape para evitar o confronto com a justiça social em outras regiões: no Nordeste, onde o latifúndio sempre soube evitar o surgimento de culturas camponesas; no Sul, onde as culturas camponesas existentes são destruídas pelas monoculturas de exportação. Demolimos a floresta amazônica e demolimos os férteis solos agrícolas do Sul. Em toda a parte, desintegramos o que resta de estrutura social estável. Essas tendências precisam ser invertidas já. O destino da Amazônia será decidido nesta década".

O povo, sempre o último a saber. Como um marido enganado.

Geógrafo Orlando Valverde, presidente da campanha nacional de Defesa e Desenvolvimento da Amazônia: "Devemos ocupar a Amazônia de acordo com os interesses do Brasil e dos habitantes da região em particular, respeitando o equilíbrio ecológico, uma vez que a floresta amazônica é o maior recurso genético de seres vivos do mundo. Até agora tem havido uma política de ocupação que interessa basicamente ao grande capital especulativo nacional e multinacional. Esta política tem de ser mudada. Todos os planos de desenvolvimento da Amazônia, postos em prática até o momento, têm sido feitos sem o amplo debate do povo brasileiro e sobretudo dos meios intelectuais. Eu costumo dizer que o povo brasileiro é como marido enganado, é sempre o último a saber. Portanto, o novo governo tem uma tarefa de grande responsabilidade. Na minha opinião, a ocupação deve ser feita estudando a região de maneira a não esgotar os seus recursos minerais, vegetais, de solos, fauna e flora. Ninguém sabe que fração da floresta amazônica foi devastada, isso tem sido sistematicamente escondido do povo brasileiro. O que está havendo é uma exportação maciça de toras, de madeiras comerciais, de couro e peles de animais silvestres, sem que as autoridades tomem as devidas providências. E o que é pior: isso tudo é defendido abertamente até



A grande floresta, entre o medo e a paixão.

Os especialistas não vacilam ao afirmar que a Amazônia deve ser ocupada. E é com esta mesma convicção que expõem seus temores de que a falta de uma política definida para isso leve à devastação.

por governadores da região, como Gilberto Mestrinho, do Amazonas, que afirmou na minha frente, na Assembléia Legislativa do Rio, que os intelectuais do Sul não entendem nada de Amazônia, estimulando um bairrismo prejudicial até à própria região. Atualmente está no Congresso Nacional, para ser aprovado no apagar das luzes desse governo, um projeto de exploração e exportação de madeiras da Amazônia, que vai provocar uma devastação semelhante a que ocorreu na mata equatorial africana e asiática. Os nossos congressistas têm de estar alertas para evitar mais esse crime".

Desmatar é queimar milhões de hectares de mata virgem é um crime

Sepp Baendereck, artista plástico: "Não devemos ocupar a Amazônia, se for do jeito como foi até agora. No passado a experiência desse processo foi desastrosa, a começar pela construção de rodovias como a Transamazônica, Perimetral Norte, Transmatogrossense, MT-170 e outras — que só servem à cobiça, ganância, pilhagem, e levam fatalmente à destruição. O que acontece hoje no norte do Mato Grosso, por exemplo, é inconcebível. Desmatar e queimar milhões de hectares de mata virgem, e chamar isso de programa de desenvolvimento, é um crime abominável. Na minha opinião, queimar um hectare da floresta amazônica, para fazer pasto para um único boi, é a forma mais idiota de produzir profemas. Vamos ensinar melhor os nossos jovens, criar milhares de cientistas para que nos ajudem a mostrar caminhos de desenvolvimento sem destruir essa maravilhosa natureza amazônica".

A Amazônia deve ser ocupada. Desde que se preserve a floresta.

José Goldemberg, presidente da Cesp: "Eu sou favorável à ocupação da Amazônia através de um modelo que preserve a floresta natural. Os modelos que foram tentados até 1975 baseavam-se em uma ocupação agropastoril que acabaria por destruir a floresta amazônica e que não seriam auto-sustentáveis devido à qualidade do solo e em grande parte do vale da Amazônia, que é incapaz de sustentar, de maneira permanente, culturas perenes e mesmo pastos que mantenham a sua condição de alimentar a população animal durante muito tempo. Sob este ponto de vista, o projeto Jari acabou sendo esclarecedor, porque o seu fracasso se constituiu, no fundo, no fracasso do modelo agropastoril. Nessa condições, o que emerge como modelo de ocupação da Amazônia é o modelo industrial. Isto é, a utilização do potencial hidrelétrico da região, a utilização de energia elétrica para beneficiamento de minérios e, finalmente, o estabelecimento de um parque industrial em torno desses aproveitamentos. Sob este ponto de vista, o projeto Carajás tem possibilidades de dar certo, o que não ocorreu com o modelo de ocupação agropastoril. A vantagem do modelo industrial é a de que ele ocupa pouco

nas extensões de terra, nas quais, evidentemente, ele produz alguns danos ao meio ambiente, mas que são muito mais limitados do que a destruição indiscriminada da floresta. O que permanece, naturalmente, é a destruição de parte da floresta devido à construção de usinas hidrelétricas, como ocorreu em Tucuruí. Ali, de novo, o que houve foi um mau modelo de preservação da floresta amazônica, o que acabará tendo consequências negativas para a própria hidrelétrica. O fracasso da Capemi e o fato de que a remoção da floresta não foi colocada dentro do projeto de construção da hidrelétrica foram um erro histórico que não se deverá repetir na construção das próximas usinas. O que a Eletrobrás deve considerar como dado do problema é que a remoção da floresta e seu manejo fazem parte do projeto hidrelétrico e parte do seu custo também. E não uma perturbação indesejável entregue às capemias eventuais, que possam surgir e que acabarão fracassando, como fracassou o projeto de aproveitamento da floresta do lago de Tucuruí. Uma vez que a qualidade técnica dos projetos melhora, o grande potencial hidrelétrico da Amazônia, que é de cerca de cem milhões de quilowatts, metade de todo o potencial hidrelétrico brasileiro, permitirá que cidades como Belém se tornem efetivamente grandes centros industriais, num novo modelo de desenvolvimento que acabou sendo o modelo de desenvolvimento da Grande São Paulo, que também tem seus problemas, como o de Cubatão, mas que, de modo geral, acabou sendo responsável pelo desenvolvimento que o País atingiu".

Os grandes projetos agropastorais e hidrelétricos devem ser evitados

Maria Tereza Jorge de Pádua, gerente do Departamento de Meio Ambiente e Recursos Naturais da Cesp: "Sou completamente contrária à ocupação que vem sendo feita. Os grandes projetos agropastorais e hidrelétricos, sem nenhum cuidado com o meio ambiente, não podem ter o seu lugar na Amazônia. Temos 30% das matas tropicais que restam no planeta Terra, e a grande maioria na Amazônia. E a maior parte da mata amazônica está sobre solo pobre. Cortar a mata ou queimar é perder capital. Para conquistar o quê? Solos pobres, que não têm vocação agrícola ou pecuária. Quer dizer, teria de colocar muito mais recursos do que o eventualmente tirado, que passaria a ser também antieconômico, além de estarmos perdendo esse grande banco genético que é a Amazônia. A minha receita é a seguinte: onde existem solos bons — o que significa milhões de hectares —, deve-se evidentemente fazer agricultura, porque a primeira necessidade do homem é o alimento. Mas fazer com cuidado, principalmente em termos de conservação de solos e águas. Tem também uma parcela que dá para a pecuária e cultivo permanente, mas a grande maioria das terras da Amazônia tem vocação florestal. Portanto, temos de ter técnica e ciência para manejar a floresta e explorá-la de forma auto-sustentável, o que daria como primeira riqueza a madeira. Mas, aproveitando mais o ecossistema, poder-se-ia manejar a fauna silvestre para a obtenção de proteínas e desenvolvi-

É preciso tomar medidas para impedir a devastação

José Cândido de Melo Carvalho, professor de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ex-diretor do Museu Natural Goeldi, do Pará: "A Amazônia será fatalmente ocupada, por brasileiros ou não. No meu ponto de vista técnico, ela pode ser ocupada desde que sejam empregadas na região as técnicas atualizadas de trabalho nas regiões equatoriais, ou seja, exploração sustentada dos recursos naturais, como florestas, fauna, solo. A pressão demográfica de brasileiros do Sul e do Centro sobre a Amazônia é muito grande atualmente. É necessário que sejam tomadas medidas a fim de que se evite a devastação empírica que vem ocorrendo atualmente na região, sobretudo quanto ao uso da floresta. Adotar a política florestal que recentemente foi enviada ao Congresso Nacional já seria um passo adiante muito grande. Nessa política, prevê-se o zoneamento ecológico-econômico da região, o que considero fundamental".

Uma reserva que deve ser explorada. Depois de se esgotar as outras áreas.

João Oswaldo Leiva, secretário de Obras e do Meio Ambiente de São Paulo: "Já tenho experiência sobre a ação predatória do homem no meio ambiente do País e nenhuma experiência sobre uma política conservacionista bem dirigida. A minha opinião pessoal é que em todas as áreas onde o ambiente tem uma crítica situação, isto é decorrente da ocupação inadequada do solo. Na realidade o problema é de direção de uma política de zoneamento para um uso e ocupação do solo que veja, em primeiro lugar, a preservação ambiental. Se você não tiver uma política ambiental e um zoneamento definidos, você é contra a ocupação da Amazônia. Porque sem isso a ocupação será obrigatoriamente predatória. Por outro lado, existe muita incerteza quanto à natureza do solo amazônico para a sua recuperação agrícola: alguns dizem que aquela camada de humos só é mantida graças à vegetação amazônica e têm dúvidas quanto à sua recuperação sem a existência de florestas. Se existem dúvidas dessa natureza, acho que não é prudente uma ocupação extensiva. Mesmo porque a própria falta de zoneamento agrícola no País faz com que

grandes áreas potencialmente de alta produtividade, quer agrícola quer pecuária, não tenham sido utilizadas até agora. Surge então a pergunta: por que a Amazônia? Se dependéssemos da Amazônia como um celeiro para a alimentação do País, o problema teria enfoque diferente. Mas não dependemos, porque existe um grande número de áreas de alto potencial agrícola, muito próximas do centro de consumo. Por que explorar uma área mais longe se você tem outra mais próxima? A Amazônia deve ser encarada pela Nação como uma reserva a ser preservada. Sem uma política definida de zoneamento, sou contra a ocupação da região. É uma reserva que deve ser explorada depois de esgotadas as outras áreas de bom potencial produtivo, mais próximas do centro de consumo."

Um caminho: aproveitar as áreas menores para agricultura intensiva.

Philip Fearnside, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) de Manaus: "Ninguém está contemplando a possibilidade de não ocupar a Amazônia. O importante é saber de que forma será ocupada. Se a Amazônia fosse ocupada de maneira que implicasse na perda da floresta em quase toda a sua área, seria uma perda enorme para as gerações futuras brasileiras, porque a existência da floresta, entre outras coisas, possibilita a produção de sustento para a população amazônica, para sempre. Também mantém o equilíbrio ecológico e o clima da região amazônica e de outras, inclusive o Centro-Sul do Brasil. Os estudos do dr. Elias Salati, do Inpa, demonstram que muitas nuvens, fontes de chuvas na parte Centro-Sul do País, também vêm da Amazônia. Portanto, a perda dessas florestas acarretaria na diminuição das chuvas nas regiões brasileiras mais importantes em termos agrícolas. Sem falar da produção agrícola na Amazônia, que também está em jogo. Por isso, os estudos sobre o clima, que estão sendo discutidos agora, são de suma importância para o governo brasileiro poder avaliar o custo verdadeiro da omissão na preservação de uma parte substancial da floresta. Quanto à forma de ocupação mais adequada, creio que deveria ser de tal maneira que aproveitasse áreas menores para a agricultura intensiva. A ocupação hoje por pastagens é muito prejudicial. Também não basta preservar, mas também utilizar a floresta sem destruir a cobertura do solo. O manejo da floresta envolve a preservação da copa da mata, e não o corte raso ou quase raso para rebrotar".

É preciso fazer um zoneamento ecológico e econômico da região

Paulo Nogueira Neto, secretário especial do Meio Ambiente: "O Brasil precisa e deve ocupar a Amazônia porque qualquer vácuo de poder acaba sendo preenchido por elementos de outras áreas. Se o Brasil não tiver ali presença efetiva, outros países serão tentados a se infiltrar na região. Agora, há diversas maneiras possíveis de ocupação, sempre procurando respeitar a capacidade de uso do solo. Para isso é preciso fazer o zoneamento ecológico e econômico do território. Como a grande parte das terras da Amazônia é composta de solos muito frágeis, nestas terras deve-se manter a floresta. Nas outras, deve-se fazer um tipo de ocupação que mantenha a cobertura do solo, que não deixe o solo exposto. Da seguinte maneira: 15% dessas terras, apresentando alguma fertilidade, são indicadas para agricultura; 35% podem ter, com cuidados especiais, alguma agricultura como dendê, seringueira, cacau e, em alguns lugares, pastagens; nos 50% restantes, uma parte pode ser explorada com extração de madeira e a outra mantida como banco genético, sem nenhuma exploração econômica direta. Os bancos genéticos têm valor econômico indireto e devem ser constituídos basicamente por parques nacionais e estações ecológicas. A ocupação da Amazônia deveria obedecer a um esquema deste tipo, nenhuma atividade que estiver em local impróprio deveria receber qualquer financiamento. Isso é muito importante, porque no passado foram financiadas pastagens em locais totalmente impróprios. Os dados básicos para esse zoneamento foram levantados pelo projeto Radam, que durante cinco anos fez um levantamento básico de bom nível sobre a Amazônia".

Um território tão grande não pode ser um santuário. Deve ser explorado.

Crodowaldo Pavan, presidente da Sociedade Brasileira de Progresso à Ciência (SBPC): "Devemos ocupar a Amazônia de forma racional. Existem formas racionais de se ocupar as florestas tropicais. Em alguns casos, é até importante que certos setores da área sejam preservados para exploração futura. Mas, de um modo geral, o território é tão grande que deve ser explorado. Fazer da Amazônia um santuário é tão absurdo como explorá-la irracionalmente. A forma racional de explorar é obter dados do solo, da vegetação (nem tudo é floresta na Amazônia), da irrigação, e do clima, e, uma vez conhecidos esses parâmetros existem várias maneiras de se explorar a região de forma eficientemente econômica e racional, sem que a gente destrua um patrimônio extremamente valioso do continente sul-americano. Hoje, a ocupação da Amazônia é grandemente irracional, principalmente pela forma como os últimos governos decidiram ceder a empresas do Sul sob o aspecto de incentivo fiscal, simplesmente destruindo a floresta e formando pastos que, em poucos anos, serão, sem dúvida nenhuma, improdutivos em sua grande maioria".

Amanhã, no JT, um caderno especial: Morte e Vida na Amazônia, um grande debate sobre seu destino e seu valor.

